

Revista Portuguesa
de História

Froissart e João Fernandes Pacheco

J. Froissart apresenta-nos pela boca de Lourenço Anes Fogaça, embaixador português em Londres, a narração dos principais acontecimentos ocorridos em Portugal desde o casamento de D. Fernando com D. Leonor Teles até à batalha de Valverde, inclusivamente: o que se lê na crónica é uma espécie de reportagem da descrição desses acontecimentos feita ao duque de Lencastre pelo embaixador, que teria mesmo estado presente num deles — a batalha de Trancoso⁽¹⁾).

Veja-se como o cronista, segundo parece deprender-se, colheu a versão dos sucessos que apresenta pela boca de Fogaça.

Na corte de Gastão Febo, conde de Foix, em Orthez, onde chegou em 28 de Novembro de 1388 e onde esteve «plus de xn. sepmaines» (noutro passo: «xn. sepmaines»), e parece que também na viagem de ida e de volta, havia colhido Froissart uma versão, que podemos chamar castelhana, de vários sucessos ligados a Portugal, entre os quais a batalha de Aljubarrota ⁽²⁾. Mas entendeu o cronista que, «se justement voloie ouvrer», devia conhecer também uma versão feita por portugueses. Nesse sentido deslocou-se de Valenciennes, sua terra natal, a Bruges, na

(1) Na realidade, os embaixadores D. Fernando Afonso de Albuquerque (Mestre de Santiago) e Lourenço Anes Fogaça estiveram continuamente ausentes do reino desde 31 de Março de 1384 a pouco depois de 24 de Julho de 1386. Fogaça não tomou parte na batalha de Trancoso (fins de Maio ou começos de Junho de 1385).

(2) *Chroniques de J. Froissart*, Livro vi, T. xn da edição da Société de l'Histoire de France, por Léon Mirot, p. 4 a 14 e 118 a 170 — Paris, ig31 • Vale a pena ler as eruditas notas de Mirot ao sumário que faz do tomo. São um valioso comentário do texto de Froissart, mas onde aliás nem tudo é aceitável. Fernão Lopes mal é aí mencionado, mas o mesmo não sucede com Duarte Nunes de Leão, que mais não fez, pode dizer-se, que repeti-lo.

Flandres, sítio onde havia de « Portingalois et Luscebennois » sempre agrant piente». Aí o esperava uma boa novidade: a de que estava em Midelburgo, na Zelândia, de passagem, por mar, para a Prússia (viagem que fazia por espírito de aventura) um cavaleiro português, do conselho do rei de Portugal, de nome João Fernandes Pacheco. Em face desta informação, Froissart, na companhia de um português que conhecia Pacheco, partiu, com escala por l'Écluse, para Midelburgo — para onde também seguiram, com o fim de ver o cavaleiro, ricos mercadores portugueses que estavam em Bruges.

Em Midelburgo o cronista encontrou, de facto, João Fernandes Pacheco — pessoa que descreve com grande admiração. Tinha na sua companhia cavaleiros e escudeiros portugueses, e utilizava-se de um grande navio. Durante seis dias Froissart ouviu dêle a narração de todos os sucessos ocorridos entre Portugal e Castela desde a morte de D. Fernando até ao dia em que Pacheco saíra de Portugal. Seguindo êste viagem, Froissart regressou a Bruges e ao seu país — e trabalhando sobre as palavras de Pacheco (asi ouvray sus les paroles et relations faites») tal como decerto já havia feito com as informações colhidas na corte de Gastão Febo, pôs em crónica tudo o que em Portugal e Castela sucedeu até ao ano de i3go ⁽³⁾.

⁽³⁾ Ed. e T. cit, p. 238 e 239. Vale a pena transcrever:

«...et me convenoit dont, se justement voloie ouvrer, oïr otant bien parler les Portingalois comme je avoie fait les Gascons et Espaignols en Tostel du conte de Foeis et sur le chemin alant et retournant. Si ne resongnay pas la paine ne le traveil de mon corps, mais m'en vins à Bruges en Flandres pour trouver les Portingalois et Luscebonnois, car tousjours en y a grant plenté. Si commes je fis.

«Or regardez comme c'est de bonne aventure. Il me fut dit, et je le trouvay bien en voir, que je y eusse visé un an, je ne povoye mieulx à point venir à Bruges que je fis lors, car on me dist se je vouloye aler à Meldebourg, en Zellande, le trouveroye là ung chevalier de Portingal, vaillant et saige homme et du conseil du roy de Portingal, qui nouvellement estoic là arrivé, et par vaillance il vouloit aler et tout par mer en Prusse. Cil me diroit et parleroit justement des besongnes de Portingal, car il avoit esté à toutes, et par tant ces nouvelles me resjouirent; et me parti de Bruges, ung Portingalois en ma compaignie, qui congnoissoit le chevalier, et m'en vins à TEcluse, et là montay en mer et fis tant par la grâce de Dieu que je arrivay à Meldebourg. Si m'acointa Tomme qui estoit avec moy du chevalier cy dessus nommé, lequel je trouvay gracieux, saige, honnourable, courtois et

De parte do exposto, ligado naturalmente ao conhecimento que existe de que a primeira redacção do Livro m das Crónicas é de 1390-91, procede o lugar comum de afirmar-se que o encontro com Pacheco foi no primeiro destes anos. E o que sucede, por exemplo, na edição de que nos estamos valendo.

As sobreditas explicações do cronista segue-se (aOr dist l'istoire que...») um longo relato que engloba a referida narração feita por Lourenço Anes Fogaça ao duque de Lencastre. Quer dizer: lendo a crónica depreende-se que a reportagem, a que acima se aludiu, daquela narração de Fogaça, foi transmitida a Froissart por João Fernandes Pacheco; por outras palavras: Froissart conheceu a versão portuguesa dos acontecimentos por intermédio de João Fernandes Pacheco, que no entanto a coloca (ou Froissart coloca por êle) na boca de Lourenço Anes Fogaça. E isto que parece depreender-se de Froissart⁽⁴⁾.

Em princípio nada obsta a que se admita que João Fernandes Pacheco estivesse por tal época em Midelburgo; e que Froissart

acointable, et fu dalez lui tant comme il m'y pleut à estre, environ vi. jours, car il gisoit à la terre par defaulte de vent.

«Cil m'endita et informa de toutes les besongnes avenues entre le royaume de Castille et le royaume de Portingal, depuis la mort du roy Ferrant jusques au jour que il estoit yssi hors du dit royaume. Et si bellement le me comptoit et si arreement et tant volentiers, que je prenoie grant plaisir à l'oir et à l'escrivre. Et quant je fu infourmé de tout ce que je vouloie savoir et vent fu venu, il prist congí à moy et entra en une carake grande et forte assez pour aler par mer par tout le monde, et prins congí à lui dedens le vaisel. Aussi firent plusieurs riches marchans de son pays quil festoient venu veoir de Bruges, et les bonnes gens de Meldebourg. En sa compaignie estoit le filz du conte de Novaire, de Portingal, et plusieurs chevaliers et escuiers dudit royaume, mais on li faisoit honneur desus tous. Et certainement, à ce que je peus veoir et ymager de son estât, de son corps et de son affaire, il le valoit, car bien avoit fourme, taille et encontre de vaillant et de noble homme. Or retournay depuis à Bruges et en mon pays, si ouvray sus les paroles et relations faites du gentil chevalier messire Jehan Ferrant Percok, et cronisay tout ce que de Portingal et de Castille est venu jusques à l'an de grâce M CCC III» «t X.»

(Variantes — no mesmo tomo, p. 374).

(4) Que Pacheco foi o único informador português de Froissart, não é posto em dúvida por vários autores; por exemplo, Modesto Lafuente, *Historia General de España*, T. n, p. 104, nota 5 — Barcelona, 1879; e Jaime Cortesão, *Uma crónica portuguesa incluída nas de Froissart*, trabalho publicado, em 1926, no fase. ix (Vol. m), p. 367-391, da revista *Lusitania*, de Lisboa.

lá houvesse tido com ele longas conversas acerca das coisas portuguesas.

Mas uma pergunta ocorre: que andaria a fazer Pacheco por essas paragens ? Froissart, como já se viu, comunica-nos (fazendo-se eco de uma informação obtida em Bruges) que êle se dirigia para a Prússia, em viagem de aventura, «par vaillance».

A Prússia era então país de cruzada que atraía cavaleiros de muitos países europeus (5). Quási se pode afirmar que o cronista, ao dizer que Pacheco ia à Prússia, tinha no pensamento essa circunstância; o cavaleiro português e os seus companheiros iam participar na luta contra os pagãos, ao lado dos cavaleiros teutónicos.

A expedição de Pacheco tem todo o ar de um empreedimento

(5) A Ordem Teutónica, fundada na Terra Santa, foi chamada pelo duque Conrado de Mazovia (da dinastia polaca dos Piastas) para submeter a Prússia. No entanto, cerca do ano de 1225, os cavaleiros teutónicos consideraram-se senhores deste país, sob a suserania do papa e do imperador. Tinham por fim constituir um grande estado nas margens orientais do Báltico. Assim, eles tiraram à Polónia a cidade de Dantzig e a Pomerânia oriental (1308) e durante todo o século xiv ocuparam-se bem menos em converter os pagãos do que em alargar os seus domínios.

Os seus dois principais adversários eram a Polónia e a Lituânia, que se havia transformado num império, ainda pagão nas massas populares, mas já dentro do cristianismo oriental no que respeita à dinastia e a uma parte da nobreza. A Lituânia dominava então as províncias ocidentais da Rússia que haviam escapado ao jugo dos tártaros.

Os cavaleiros teutónicos fizeram passar em tôda a Europa ocidental os lituanos por infieis e as suas conquistas por uma cruzada. Não conseguiram, é certo, fazer crer que os polacos eram também infieis, mas apresentaram-nos como aliados dos pagãos. Principalmente durante a segunda metade do século xiv, cavaleiros borguinhões, franceses, ingleses, etc., partiam tôdas as Primaveras para fazerem uma campanha na Prússia. Era a prova de valentia e de espírito de aventura que todo o cavaleiro desejava prestar.

Sobre o assunto desta nota citaremos as seguintes obras, cuja indicação, bem como os dados para a elaboração dela, nos foram obsequiosamente fornecidos pelo Prof. Pierre David: Lohmeyer, *Geschichte des Osí- und Westprussens*, T. 1 — Gotha, 3.^a ed., 1908. E. Schnürer, *L'Église et la civilisation au moyen âge*, tradução francesa de Castella, T. 11, p. 460 e segs. — Paris, 1933. E. Lavisse, *Études sur l'histoire de la Prusse* — Paris, 1916. Michel Villey, *La Croisade — essai sur la formation d'une théorie juridique*, p. 208-216. — Paris, 1942. Alexander Bruce Boswell, in *The Cambridge Medieval History*, Vol. VII, p. 259 — Cambridge, 1932.

oficial: um grande navio, cavaleiros, escudeiros... (6). Ora em Julho de 1390, Henrique de Lencastre, conde de Derby, mais tarde Henrique iv, partiu de Inglaterra para a Prússia à frente de um grupo de cavaleiros (7). Henrique de Lencastre era irmão de Filipa de Lencastre, esposa de D. João I. Tanto interesse tinha seu pai nas cruzadas às regiões bálticas que para as financiar levantou dinheiro por conta da indemnização que tinha a receber de Castela ; elas custaram à Inglaterra pelo menos 40.000 florins (8). Sendo assim, não se teria associado o nosso D. João I, por motivos que nós desconhecemos, à expedição dirigida pelo cunhado, enviando à Prússia um grupo de cavaleiros e escudeiros sob o comando de João Fernandes Pacheco ?

Yê-se que há motivos para achar verosímil o estar Pacheco em Midelburgo de passagem para a Prússia. Mas há também razões que nos podem levar a pôr em dúvida a sua ida até ao Báltico.

São elas : o não se encontrar em Fernão Lopes nem, que saibamos, em qualquer outra fonte portuguesa, a mínima referência a uma participação, oficial ou não, do nosso país nas cruzadas bálticas ; e o serem os tempos que então corriam em Portugal ainda pouco propícios a aventuras dessas. De facto, o adversário castelhano não depusera as armas, a pátria não vivia tranqüila, muito embora houvesse tréguas.

Não será singular que em tais circunstâncias um dos principais capitães portugueses, na companhia de gente categorizada, deixasse o reino numa grande carraca, certamente da coroa — e fosse até à Prússia por aventura ?

Se João Fernandes Pacheco esteve realmente em Midelburgo (e nisto não será lícito duvidar de Froissart) a razão talvez fosse bem diferente.

Leão Mirot, numa das suas notas, sem aludir à viagem à Prússia, aventa a hipótese de a presença de João Fernandes Pacheco em Midelburgo estar relacionada com a permanência do

(6) Evidentemente, não se trata de mercadores que, a exemplo de muitos comerciantes portugueses, sulcam as águas dos Países Baixos.

(7) Charles Lethbridge Kingsford, artigo na *Encyclopaedia Britannica* (14.^a ed.), sob a rubrica *Henry IV*.

(*) Calmette e Déprez, *Histoire du Moyen Age*, T. vu, P. u, p. 515 — Paris, 183g. É um volume da *Histoire Général* dirigida por Glotz.

infante D. Dinis, filho de D. Pedro i e de D. Inês de Castro, por tais regiões, nessa época; e cita a propósito um seu trabalho ⁽⁹⁾.

Será verosímil tal hipótese ?

Fernão Lopes diz-nos que o infante D. Dinis, que andava por Castela, regressou a Portugal, onde foi bem acolhido, no Porto, por D. João i. E melhor transcrever:

«Em esto dissero a EIRey, que se vinha o Infante Dom Diniz a Portugal pera elle, e era assi de feito, e EIRey mandoulhe correger hú pouzasse, e sahio a recebello bem meya legoa, e elle nom trazia consigo mais que cinco, ou seis nom bem corregidos, e prouou de lhe beijar a mão a EIRey, e elle nom lha queria dar: deshi beijoulha, e alli no Porto lhe fez EIRey muita honra, e merce; partindo grandemente com elle, e encaminhou de o mandar para Ingraterra, por se nom leuantar no Reyno algum escândalo por seu azo, e posto no mar, e indo sua viagem, ouue cõselho, que se tornasse, dizendo: que por ventura o mandauom lá por o matar, e outras taes rezoens: e tornándose foi tomado, e preso dos Bretoens, e posto em terra; e sabendo, que era Irmão DelRey de Portugal, pediom por elle cem mil francos: e elle escreueo a EIRey sobre esto que ouuesse sobre sua prizam algum remedio: EIRey disse, que pois elle nom curara de ir para hú elle o encaminhou, que nom curaua de sua prizam: e os Bretoens vendo que se nom empachaua delle nenhum, por escuzar custa sem nenhum proueito, soltarõno, e tornouse para Castella» ⁽¹⁰⁾.

Deduz-se do cronista que a chegada do infante ao Porto foi em 1387, no fim do ano ⁽⁴¹⁾. Pode ainda conjecturar-se pelas

⁽⁹⁾ *Les mésaventures d'un prince portugais au XIVe siècle*, p. 21 e seg. Trata-se de um estudo publicado primeiramente na *Revue des Etudes Historiques*, de Paris, Março-Abril de 1911, p. 129-150.

Devemos ao Instituto Francês em Portugal o termos podido consultar este trabalho. Não queremos, por isso, deixar de consignar de novo, neste lugar, os nossos agradecimentos.

Neste estudo, sempre que tivermos de citar o trabalho de Mirot, reportar-nos-emos à paginação da *Revue des Etudes Historiques*.

⁽¹⁰⁾ *Crónica de D. João I*, P. 11, G. cxxx. Pelo que respeita à segunda parte da crónica, valemo-nos neste estudo, à falta de melhor, do texto da edição de 1644. Apenas substituímos o & por e.

⁽⁴¹⁾ Braamcamp Freire (*Archivo Historico Portugués* Vol. vi, p. 345 — Lisboa, 1908; no trabalho intitulado *Maria Brandoa, a do Crisfal*) diz, citando Fernão Lopes, que a chegada do infante a Portugal se deu em i3go. Cremos ser fácil de explicar o erro, que não é, como pode julgar-se, da responsabili-

palavras de Fernão Lopes que a partida para Inglaterra foi pouco depois. Tudo o mais, quanto a datas, se nos guiarmos apenas por êle, fica numa densa escuridão. E por outro lado, nem tudo o que Fernão Lopes diz corresponde à verdade.

O referido trabalho de Leão Mirot *é* muito documentado. Funda-se, em larga medida, nas declarações feitas a certas autoridades flamengas por Frei Vicente Gonçalves, confessor de D. Dinis. Têm elas a data de 1 de Novembro de 1388, que há boas razões para considerar exacta, como adiante exporemos, contrariamente ao que diz o Visconde de Santarém (12).

dade do cronista. Fernão Lopes, na seqüência de relato de factos ocorridos em 1388, noticia (*Crónica de D. João I*, P. n, C. cxix) que o duque de Lencastre deixou o Pôrto, onde se encontrava D. João I — em fins de Setembro desse ano, com destino a Baiona, então da Inglaterra. Dedicou o cronista esse capítulo e os três seguintes aos «feitos do Duque» e, num deles, no cxxi, já diz que passou o ano de 1388 e veio o de 1389. No capítulo cxxiii começa a historiar, respondendo a Ayala, a questão da demora das bulas de dispensa do voto de castidade para o casamento de D. João I, etc., no que gasta esse capítulo e os três seguintes. Quem desprevenidamente leia um deles, o cxxiv, poderá fãcilmente julgar que as bulas foram publicadas em Lisboa em 9 de Julho de 1390 (e já houve quem tenha escrito isto — Soares da Silva, por exemplo — quando a verdade é que o foram em 9 de Julho de 1391) e como nos dois capítulos seguintes pouco mais há que o texto desses documentos papais e nenhuma data aflora, quando Fernão Lopes no cxxvii diz que «Acabados os feitos do Duque, deshi ouvido esto, que contamos, [...], aos feitos DelRey conuem tornar nosso falamento» — existe alguma tendência no leitor para julgar que os novos factos se reportam ao ano de 1390. Foi naturalmente o que sucedeu com Braamcamp Freire — e a essa errada luz teria lido o capítulo cxxx que refere a odisseia de D. Dinis.

A verdade é que o anunciado falamento de Fernão Lopes vai incidir sôbre os feitos de elrei depois da partida do duque de Portugal, isto é, o cronista regressa ao ano de 1387, ao final desse ano, em que D. João I continua no Pôrto, após a partida do sogro.

Depois da chegada a Portugal de D. Dinis (mas decerto antes da partida dele com rumo a Inglaterra), ainda em 1387, houve côrtes em Braga (C. cxxxii) e em Janeiro seguinte chegava D. João I a Melgaço com o fim de tomar essa praça rebelde — tomada que se deu em Março.

Vem a propósito dizer que Fernão Lopes tratando da conquista a Melgaço (G. cxxxvi) se refere ao dia 3 de Março, que, segundo êle, era uma segunda-feira. Ora isto não é verdade. O dia 3 de Março em 1387 caiu a um domingo; em 1388 (ano bissexto) — a uma terça-feira; em 1389 — a uma quarta; em 1390 — a uma quinta. Vid. *L'Art de Vérifier les Dates*.

(12) Deve-se a êste autor a divulgação de tal documento em Portugal: *Quadro Elementar*, T. xiv, p. xc-cii — Paris, 1853. (Fernão Lopes não é

Posteriormente ao estudo de Leão Mirot, publicou o Conde de Tovar um outro, em que transcreve as instruções de que ia munido o infante na sua embaixada — encontradas pelo autor no Museu Britânico ⁽¹³⁾. O Conde de Tovar, ao redigir o seu estudo, desconhecia (tal como já tinha sucedido a Braamcamp Freire no trabalho apontado) a extensa declaração de Fr. Vicente Gonçalves (e, é evidente, o estudo de Leão Mirot que, aliás, ainda não vimos citado por nenhum autor português). Esta circunstância tira indubitavelmente muito valor às suas conclusões, tão contrárias a Fernão Lopes.

No trabalho de Mirot não há alusão às mencionadas instruções. Também nele não há referência a um documento de Abril de 1391, pelo qual certas autoridades da cidade de TEcluse fazem saber que os pescadores de Hughervliet reconheceram ter recebido determinada quantia enviada pelo conde de Flandres para resgate de D. Dinis de Portugal, seu prisioneiro ⁽¹⁴⁾.

Com os dados fornecidos por Fernão Lopes, Visconde de Santarém, Leão Mirot, Conde de Tovar e Bussche — cremos não andar muito longe da verdade expondo os factos, nas suas linhas gerais, desta maneira:

No final de 1387 o infante D. Dinis regressou de Castela a Portugal. Foi bem recebido por D. João 1 no Porto, mas cedo o monarca reconheceu que a presença do infante no reino era inconveniente. Airosamente encarregou-o de uma missão diplomática em Inglaterra; e o infante lá partiu ao cabo de oito meses de estada em Portugal. Chegou à costa sul de Inglaterra e foi retido pelas autoridades de Dartmouth e Falmouth. Mandou à presença

citado). Já Ferdinand Denis (*Portugal*, p. 44 — Paris, 1846) havia aludido ao documento, fundado, segundo diz, numa obra de Le Glay com o título de *Analectes Historiques*. Êle encontra-se no Arquivo Departamental do Norte, em Lille, B. 856 (*Inventaire de Godefroy*, n.º 18628).

⁽¹³⁾ *A Embaixada do Infante D. Denis á Corte de Inglaterra em 1388 em O Instituto*, Vol. 83.º (Coimbra, 1932), p. 206-231.

⁽¹⁴⁾ Referido por Émile Vanden Bussche, *Flandre et Portugal, Mémoires*, p. ui—Bruges 1874. Eis as palavras do autor: «Avril 1391 —Les bourgeois, échevins et conseil de la ville de L'Ecluse, font savoir que les pêcheurs de Hughevliete ont reconnu avoir reçu du comte de Flandre une certaine somme pour la rançon de Dom DENIS DE PORTUGAL, leur prisonnier.»

Bussche indica a propósito: «*Archives du département du Nord, à Lille*. B. 11 12 (carton)».

de Ricardo n o seu confessor Fr. Vicente Gonçalves comunicar a sua situação, enviando naturalmente nessa altura ao rei uma cópia das instruções que levava de Portugal. Ricardo u ordena em 29 de Julho de 1388 às autoridades dos portos referidos que soltem o infante e o deixem ir à sua presença «tratar de importantes assuntos interessando ao Nosso reino de Inglaterra e ao reino de Portugal» (45). Mas D. Dinis nunca comparece perante Ricardo n. Não obstante a ordem referida, o rei não lhe passa, como o infante queria, um salvo-conduto. Avolumam-se desconfianças da parte de D. Dinis, que sente o falso da sua situação. Soube até que «um Embaixador de Portugal havia recebido cartas credenciaes dirigidas a EIRei d'Inglaterra, nas quaes EIRei D. João Iº dizia que tinha enviado o dito Príncipe para servir o dito Rei d'Inglaterra» (46).

(45) A carta de Ricardo 11 foi publicada por Rymer, *Foedera*, etc., T. ui, P. iv, p. 28 (ed. de 1740); sumariada pelo Visconde de Santarém, obr. e T. cit., p. 108-109; novamente inserta no aludido trabalho do Conde de Tovar (p. 225-227), com a respectiva tradução, que utilizamos.

(46) Visconde de Santarém, obr. e T. cit., p. xcvi. Deve notar-se que a numeração de p. XCII e de tôdas as seguintes até à xox, inclusivamente, está errada.

Êsse embarxador seria Rui Cravo? Quando o infante seguiu para Inglaterra já Cravo (que parece haver partido depois de 12 de Agôsto de 1387) lá se encontrava. E o que é curioso é que a missão de ambos era, pelo menos em grande parte, a mesma. (Vid. o referido estudo do Conde de Tovar). Como explicar a ida de D. Dinis senão pelo forte desejo que tinha D. João 1 de o pôr fora do reino? Apraz-nos conjecturar que Rui Cravo em Inglaterra trataria de criar dificuldades ao infante, evitando por todos os meios que êle voltasse a Portugal. Em que data regressaria Cravo?

Ou seria, êsse embaixador, Fernando Gonçalves, como rezam as declarações de Fr. Vicente? O Visconde de Santarém (obr. e T. cit., p. xcvm) sustenta que Fernando Gonçalves só foi nomeado para tal cargo em 1 de Abril de 1389. Todavia o documento em que o ilustre autor se funda não autoriza a concluir, em nossa modesta opinião, que Fernando Gonçalves já anteriormente não representasse Portugal na corte inglesa. Não pondo em dúvida que êsse embaixador lidasse com o infante em Inglaterra, escreve Léon JVirot na obr. cit, p. 142: «Cet ambassadeur Fernand Gonsalve, allait en Flandre négocier un traité de commerce entre le Portugal et les villes flamandes. Ce traité fut signé le 20 mars 1389. ARCH. DÉP. DU NORD, B. 856 (*Inventaire de Godefroy*, n.º 11812)».

Ê interessante frisar que, segundo outro ponto da declaração de Frei Vicente, o infante ao partir para Inglaterra, sabia perfeitamente que ia servir Ricardo 11 «durante as guerras que tinha, promettendo-lhe (*D. João I*) que lhe mandaria todos os annos 10,000 florins, e que depois da guerra (*com Cas-*

Conservou-se o infante alguns meses no sul da Inglaterra, sob vigilância das autoridades, e entretanto foi pensando em se passar para Midelburgo, onde havia mercadores portugueses. Para consumir tal desígnio adquiriu dois navios. Certa noite, muito às escusas, num, o mais pequeno, embarcou êle; no outro — os seus companheiros. Mas mal tinham saído do porto de Portsmouth foram assaltados por uma tempestade — e os dois barcos perderam-se de vista. Andou o infante durante três dias ao acaso, sempre com a morte em frente dos olhos — até que finalmente, passada a tempestade, retomou o rumo. Entrava êle no estuário do Escalda, procurando atingir Rammekens, porto de Midelburgo, quando pescadores de Hughervliet, Biervliet e Ostende atacaram o navio (17). aD. Diniz com os seus creados não poderão fazer-lhes resistencia e forão despojados das suas bagagens, e até das *cartas de crença* que o mesmo Rei D. João I^o havia dado para EIRei d'Inglaterra, que o dito D. Diniz não entregára por não ter podido obter o salvo-conducto do dito Rei d'Inglaterra. Roubarão-lhe igualmente uma baixella de prata, e outros objectos, de que os ditos Flamengos se apoderarão» (18).

O infante foi encarcerado em Biervliet (19). Por sua vez, os seus companheiros do outro navio, presos pelos marinheiros de Ostende, tiveram igual sorte em 1'Écluse (20).

Esta desgraça do infante deve ter ocorrido em Outubro de 1388. Em i de Novembro seguinte, Fr. Vicente Gonçalves, largamente interrogado, contava às autoridades pormenorizada-mente (e decerto nem sempre com fidelidade) muitos passos da vida do seu senhor (21).

tela) o associaria no Governo do Reino [...] D. Dinis consentira nisto* (Visconde de Santarém, obr. e T. cit., p. ci).

(17) É curioso referir que entre os atacantes figurava Guilherme Beuckels, de Biervliet, inventor do processo de salgar e embarricar o arenque.

(18) Visconde de Santarém, obr. e T. cit., p. CI-CII.

(19) Na Holanda, província da Zelândia, próximo de Midelburgo, na margem esquerda do braço ocidental do Escalda.

(20) Na Holanda, província da Zelândia. Em flamengo, *Sluis*.

(21) O ilustre Visconde de Santarém (obr. e T. cit, p. xcviII) não acredita que o documento seja de i de Novembro de 1388; e por dois motivos: porque o embaixador Fernando Gonçalves, de que fala Frei Vicente como estando em Inglaterra na mesma altura de D. Dinis, só foi nomeado, consoante afirma, em i de Abril de 1386; e porque no documento se alude a um «filho» de

Provavelmente nos derradeiros dias de 1389, mas sem dúvida alguma após mais de um ano de duro cativo em Biervliet, abandonado de todos, faminto, miserável, D. Dinis pediu ao conde de Flandres que o tirasse de tão dolorosa prisão e o deixasse ir para Bruges ou para l'Ecluse. Esperava que os mercadores portugueses que freqüentavam essas cidades o ajudassem a pagar a quantia de 20.000 francos, que se lhe exigia pela liberdade.

O conde de Flandres resolveu enfim ocupar-se do infante. Ainda no final desse ano entabulou negociações com os pescadores de Bervliet e outros — e assentou-se que D. Dinis fosse cedido ao conde pela soma de 3.000 libras. A 7 de Janeiro de 1390 este ordenou ao seu conselheiro Nicolas de Fontenay que pagasse a dita soma, pagamento que devia ser feito em três prestações de mil libras: uma no dia de Natal de 1390; e as outras em igual dia de 1391 e 1392.

D. Dinis foi então transportado para l'Ecluse. Novas negociações então começaram acerca da sua libertação. O secretário do conde, de nome Thierry Gherbode, e um cavaleiro, Jean de Pouques, foram mandados à presença do infante em 16 e 17 de Janeiro «pour négocier sans doute de la rançon q'il voulait payer au comte, et peut-être aussi pour examiner les offres politiques q'il faisait; car c'est à la suite de ces conversations et pour les appuyer que l'infant envoya quelques jours après à Philippe le Hardi copie des lettres à lui écrites par les bourgeois de Lisbonne le 14 novembre 1386» (22).

Deve nesta altura frisar-se que Carlos vi de França e o conde de Flandres, Filipe o Temerário, de um lado, e Ricardo II de Inglaterra, do outro, estavam em guerra, e que Portugal, aliado da

D. João I e de D. Filipa de Lencastre, quando a verdade é que «EIRei D. Duarte nasceu em 1391».

Quanto ao primeiro argumento, chamamos a atenção para o que escrevemos na nota 16. Quanto ao outro, devemos notar que em 1 de Novembro de 1388 D. João I tinha os seguintes filhos (segundo Fernão Lopes): dois bastardos (D. Afonso e D. Isabel) e um legítimo (D. Branca, nascida em 13 de Julho desse ano). Depois de D. Branca, os primeiros que nasceram foram D. Afonso, em 30 de Julho de 1390, e D. Duarte, em 31 de Outubro de 1391. Não repugna admitir que o «filho» dos reis portugueses que, segundo Santarém, é mencionado na relação do confessor de D. Dinis, seja a infanta D. Branca que viveu pouco mais de oito meses.

(ⁿ) Léon Mirot, obr. cit, p. 146.

Inglaterra, era tratado, segundo Mirot, como inimigo da Flandres (o que se nos afigura discutível). Para o autor francês, a prisão do infante deve ver-se a esta luz. D. Dinis parece que tinha bastantes partidários em Portugal, que haviam mantido com êle correspondência secreta (23). Nada mais natural que Filipe o Temerário pensar em aproveitá-lo contra os seus inimigos. Como pensa Leão Mirot, porventura foi mesmo a consciência dêsse préstimo que levou D. Dinis a abandonar a Inglaterra com tal destino.

(23) Por a reputarmos muitíssimo interessante, transcrevemos, tal como a apresenta Mirot (obr. cit., p. 137-138) uma carta de 14 de Novembro de 1386:

«Très hault et tres puissant seigneur, nous, telz et telz, voz vrais vassaulz et serviteurs, au baisier de piéz et de mains sommes prest de adhérer fermement à vostre obéissance, comme à nostre vrai et naturel seigneur. Seigneur, plaise savoir à vostre tres noble seigneurie que un vostre serviteur nous a parlé de vostre part, et Dieu scet que nous sommes bien prest de faire tout ce que appartient à vostre service et honneur. Mais que jusques á ores, nous n'avons point fait ce que nous sommes tenuz de faire pour nostre vrai et naturel seigneur, nous n'en sommes pas à blasmer, et est la cause que nous ne osons, pour le Roy vostre frere, quar il nous tient si oppressez et soubgez qu'il nest aucun en ce royaume qui vous ose nommer.

«Tres hault seigneur, sachiez que de nouvel est advenu en ceste cité que aucuns de noz voisins bourgeois parlèrent secrement à vostre neveu messire Pierre, filz de vostre frere, messire Jehan, duc de Valence, qu'il feist savoir à son pere qu'il venist par mer à tous gens d'armes, et qu'ilz lui entendoient à donner ceste cité, et ceste chose secreta fu sceue et tellement revelee que le Roy le sceut, et fist aucuns de ces bourgeois ardoir et aucuns estrangler'et en chassa du royaume ledit messire Pierre vostre neveu.

«Seigneur, toutes ces choses nonobstans, nous dessus nommez, comme voz vrais et loialz vassaulz, sommes appareilliez en tout temps du monde quant à vostre honneur serez en vostre franche puissance à tout tant de gens d'armes que vous nous puissiez deffendre, et vous promettons comme à nostre seigneur naturel et auquel nous faisons hommage, que nous recevrons ens en ceste cité vous et voz gens et vous serons obeissans, et que ceste chose vous aiez pour terme, nous dessus diz vous envoions ceste lettre fermee de noz noms et scellee du scel secré de la cité.

«Très hault seigneur, nous vous prions entre autres choses, que cecy soit secré entre vous et nous, quar s'il estoit sceu et descouvert, nous serions mors et porrions perdre touz noz biens ; pour ce que nous amons tant de à vous servir, si nous gardez. Escript en la cité de Lisbonne, le merquedi xmi^e jour du mois de novembre» *.

* Segundo Mirot, este documento, que se encontra no Arquivo Departamental do Norte, em Lille, Lettres missives, vol. 1, f. 79 (*Inv. de Godefroy*, n.º 19260), foi publicado por Le Glay, *Notice sur don Dents de Portugal em Analectes historiques, ou documents inédits pour servir à l'histoire des faits, des mœurs et de la littérature*, 1838, p. 250.

Com o envio da cópia, o conde de Flandres talvez se haja convencido de que D. Dinis «pourrait lui payer une rançon importante et que le parti sur lequel s'appuyait l'infant était assez fort pour fournir un appoint suffisant à la cause française» (24). O certo é que pouco tempo depois das referidas negociações D. Dinis foi autorizado a residir em Bruges. Aí viveu com bastante liberdade, prisioneiro sob palavra e proibido apenas de sair da cidade. As autoridades haviam mesmo interferido na preparação do novo alojamento do infante, que foi recebido em Bruges com todas as honras.

Parece que se instalou na hospedaria de Beatriz van den Heede «et, une fois installé, on discuta les conditions et termes de sa rançon. Finalement on tomba d'accord et, le 11 avril 1330, un traité fut signé entre don Denis d'une part, le sieur de la Chapelle, bailli de Flandre, d'autre part, en présence de Baudoin de Vos, chevalier, de Lambert de Provenda, curé de Saint-Jacques de Bruges, de Guillaume Huys, bailli, et d'Alexandre Spierinc, écoutète de la ville. Les conditions en étaient très dures.

«Don Denis s'engageait à payer pour lui et ses compagnons 10.000 nobles de Flandre en deux termes, soit 5.000 dans la quinzaine de l'Annonciation de 1330 1, et 5.000 dans la quinzaine de la Nativité Saint-Jean-Baptiste de cette même année. Ne pouvant donner ni caution, ni sûretés, Denis demeurait prisonnier; on lui accordait délai jusqu'au 15 août 1330 pour trouver l'argent nécessaire à l'exécution de ses engagements. A cette date, il devait faire savoir au bailli de Flandre s'il lui était eu non possible d'acquitter les 10.000 nobles de rançon. Dans la négative, le duc de Bourgogne pourrait en faire à son gré: si après avoir promis de payer cette rançon, il faisait défaut lors du premier paiement, il serait à la merci du duc ; s'il manquait au second paiement après avoir effectué le premier, il serait traité de la même manière.

«Jusqu'à complet paiement, il demeurerait à Bruges; on ne pourrait lui assigner ni un autre lieu de résidence, ni le faire changer de logis. Ses compagnons devaient être détenus soit à Bruges, soit à l'Ecluse; tous les paiements effectués, ils seraient

(24) Mirot, *obr. cit.*, p. 146.

absolument libres, et le comte de Flandre serait tenu de les faire reconduire jusqu'à la frontière de ses domaines» (25).

E natural que D. Dinis tenha podido dar garantias suficientes de solvibilidade, pois ainda permaneceu em Bruges durante um ano. Contudo, como acentua Mirot, cuja obra estamos seguindo a passo e passo, a sua situação económica nada tinha de brilhante: «il semble avoir été fort dénué d'argent et, à diverses reprises, l'échevinage dut lui faire l'aumône de quelques subsides destinés à améliorer sont état; les comptes de ville mentionnent ces dons faits au prince:

«...item donné par ordre des bourgmestres au fils du roi de Portugal en aumône et assistance de ses besoins, par l'entremise de demoiselle Béatrice van den Heede, 20 esc. gros.

«.. .item, donné par ordre des bourgmestres au fils du roi de Portugal, en aumône, vu la grande nécessité qu'il éprouve, 20 esc. gros.

«item (le 25 mars i3qi) donné par ordre des bourgmestres au roi de Portugal, logé chez Mademoiselle Béatrice, en aumône vu la nécessité qu'il éprouve, la veille de Paques, 20 esc. gros.»

#«Tout cela laisse bien croire que les secours espérés par don Denis lui avaient fait défaut, et avec eux les ressources qu'il escomptait, témérairement peut-être, pour acquitter sa rançon et celle de ses compagnons» (26).

Vendo o conde o que o infante não podia pagar e, além disso, como quer Mirot, que nem politicamente lhe seria útil (por mudança havida no panorama internacional) «s'en débarrassa en le rendant aux marins qui l'avaient capturé. A la fin de mars 13g 1, il mandait au sieur de la Chapelle de lacérer les lettres de quittance des 3.000 1. promises aux pêcheurs d'Ostende et de Biervliet en échange de l'infant don Denis; il l'abandonnait et le restituait à ceux qui l'avaient fait prisonnier» (27).

(25) Léon Mirot, obr. cit., p. 147-148. O autor indica a propósito o documento B. 856 (*Inventaire de Godefroy*, n.º 1832f), do Arquivo Departamental do Norte, em Lille.

(26) Obr. cit., p. 148. Os registos das esmolas feitas ao infante, traduzidos por Mirot, encontram-se, segundo este autor, num livro do Arquivo Municipal de Bruges — *Compte de i*go-i3gi*, Vol. 104, e foram publicados por Gilliodts van Severen, *Inventaire des Charités de Bruges*, T. iv, p. 50j, n.º 2.

(27) Obr. cit., p. 148-149. Mirot menciona o documento B. 856 (*Inventaire de Godefroy*, n.º i8322a), acta de 22 de Março i3gi, do Arquivo Departamental do Norte, em Lille.

Naturalmente relaciona-se com esta determinação o documento de Abril de 1331 de que dá conta Bussche.

Sem dúvida, D. Dinis, esgotadas todas as possibilidades, entre as quais naturalmente esteve a supplica ao rei de Portugal de que fala Fernão Lopes, de novo conheceu as prisões lamentáveis de Biervliet. Por quanto tempo ainda? Teria tido algum amigo a condoer-se da sua sorte? Ou, desesperados de receberem o preço do resgate — deixá-lo-iam os pescadores enfim em paz? Foi naturalmente isto o que sucedeu.

O que se sabe é que regressou a Castela. Henrique 111 abriu-lhe os braços. O papa de Avinhão, em 1394, enviou-lhe, como sinal de particular estima, a rosa de ouro. E, ao serviço de Castela, em meados de 1398 invadiu D. Dinis a província da Beira (28).

(28) *Crónica do Condestabre*, G. LXIX; transcrito por Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, P. 11, C. CLXXIV. A data acabada de assinalar conclui-se de o noticiar a *Crónica do Condestabre* que as forças de D. Dinis entraram em Portugal quando o rei português cercava Tui. Ora este assédio começou depois de 4 de Maio de 1398 (provavelmente ainda nesse mês) e terminou com a entrada dos portugueses na cidade, em 26 de Julho seguinte.

Os invasores entraram pelo Sabugal, estiveram na Guarda, devastaram a região até cêrca de Viseu, desceram até ao termo da Covilhã — e voltaram logo para Castela porque D. Nuno Alvares Pereira lhes ia no encaço.

À guerra movida por D. Dinis se reterem duas cartas de Ricardo 11 de Inglaterra, uma de 6 de Junho e outra de 5 de Julho de 1398 (Rymer, *Foedera*, etc., ed. de 1740, T. 111, P. iv, p. 145; resumidas pelo Visconde de Santarém no *Quadro Elementar*, ed. referida, T. xiv, p. 129-130).

Na P. i, C. xvii, da primeira edição da *Crónica de Don Pedro Niño, Conde de Buelna*, por Gutierre Díez de Games (Madrid, 1782) ou no C. xxxvi da moderna e excelente edição *El Victorial — Crónica de Don Pero Niño, Conde de Buelna* — Madrid, 1940) fala-se de uma invasão de Portugal do comando do condestável Rui López Dávalos, a qual teve como acontecimentos principais a tomada de Penamacor e o cêrco de Miranda.

Quem busque referência a esta invasão na crónica de Fernão Lopes, pode pensar em identificá-la com a comandada por D. Dinis. Na realidade, porém, foram duas acções militares completamente distintas, não estando a de D. Rui López Dávalos registada na crónica portuguesa.

À margem do respectivo texto na citada edição de 1782, está impressa a data de 1397. Esta indicação falta na edição de 1940.

Games é bem claro a dizer que a proeza de D. Rui López se deu no ano seguinte ao da tentativa da conquista de Alcântara pelo rei português. Ora

Vemos, pois, que durante todo o ano de 138ç), D. Dinis sofreu cativo em Biervliet (próximo de Midelburgo); que no de 13go e começo de 13gi o cativo foi primeiramente e por curta duração em l'Ecluse, e depois em Bruges — e que o nesta cidade, embora menos duro do que até aí, o passou o infante em precárias circunstâncias financeiras, como é provado, além do mais, pelo ver-se na necessidade de aceitar esmolas ; e que, finalmente, em 22 de Março de 1391 D. Dinis foi mandado restituir aos pescadores que o haviam aprisionado, tornando indubitavelmente a conhecer, e por tempo que não sabemos precisar, a prisão de Biervliet.

Voltamos agora atrás: será verosímil a hipótese, lançada por Léon Mirot, de a estada de João Fernandes Pacheco em Midelburgo ter relação com a odisseia do infante?

Inclinamo-nos pela negativa. A vida de D. Dinis por tais lugares foi um rosário de amarguras — e é lícito supor que elas teriam acabado se um tão poderoso fidalgo como era João Fernandes Pacheco abrisse a sua bolsa de harmonia com a extraordinária prova de dedicação que dava indo de Portugal até tão longe. Mas nem é admissível que o cavaleiro português partisse do reino com o fim de, por alguma forma, mostrar interesse pela triste situação de D. Dinis. O nosso rei estava com toda a certeza ao par de tudo quanto se passava com o infante. Considerava-o, fatalmente, se não um inimigo pelos menos um indesejável. Abandonara-o por completo. Como admitir nestas circunstâncias que boa gente portuguesa fosse autorizada a ir de Portugal à Flandres minorar a situação de D. Dinis ? Aceitando mesmo ter havido dissimulação de Pacheco — que pretexto sério podia levar o monarca a dar, em época tão conturbada, licença para uma viagem dessas ? E não corria um extraordinário risco João Fernandes Pacheco, se assim procedesse ? Seria tomar partido contra o seu rei.

essa tentativa ocorreu em meados de 13gg (Fernão Lopes diz erradamente que foi em 1401). Obtemos assim para a invasão referida o ano de 1400 — podendo-se acrescentar que sucedeu antes de Junho, mês em que principiaram negociações para tréguas entre Portugal e Castela. As tréguas foram assinadas em 28 de Setembro desse ano e nelas se incluiu a restituição a Portugal de Penamacor e Miranda, que pelo visto havia também caído em poder de D. Rui López Dávalos.

Não, nem com o fim de favorecer nem com o de prejudicar o desventurado infante nos parece admissível tal viagem ⁽²⁹⁾.

Uma outra hipótese nos ocorre.

Diz Fernão Lopes que «tanto q» o Mestre de Avis foi alçado rei (foi-o, sabe-se, em 6 de Abril de 1385) «logo os Prelados, e Senhores, Fidalgos, e todo o pouo das Villas, Cidades, que voz por Portugal tinhõ» enviaram uma embaixada à corte papal (ou à «Corte», muito simplesmente) comunicando a Urbano vi essa eleição e suplicando que a confirmasse, isto é, que D. João, que era professo da Ordem de Avis, pudesse usar o título de rei:

(29) Gomo è sabido, João Fernandes Pacheco, foi um dos portugueses que ao serviço de Castela, para onde se haviam passado, abraçaram a pretensão do infante D. Dinis ao trono português. Só, porém, em 1397 ou 1398 (antes de 10 de Abril) ele saiu de Portugal.

De Fernão Lopes infere-se que Pacheco abandonou o país em 1397 ou 1398. Mas o existir um documento de 10 de Abril deste último ano, em que D. João doa bens a ele confiscados — (Anselmo Braamcamp Freire, *Brasões da Sala de Sintra*, 2.^a ed., Liv. 11, p. 169 — Coimbra, 1927)—permite-nos restringir o prazo.

Em meados de 1398 é quasi certo que João Fernandes acompanhou o infante D. Dinis, a que chamava rei de Portugal (já tinha morrido o infante D. João) na invasão da Beira acima referida.

Além do aludido documento, outros se referem à traição de Pacheco. Assim um de 1 de Outubro de 1398, cujo preâmbulo Braamcamp Freire (*Brasões da Sala de Sintra*, 2.^a ed., Liv. 1, p. 423 — Coimbra, 1921) apresenta desta maneira:

«Por as maldades e treições que João Fernandes Pacheco cometeu contra nossa pessoa e nossos regnos, em contratar com el Rei de Castela nosso inimigo, prometendo lhe a dar alguns lugares dos nossos regnos, assi alguns que por nós tinha sobre menagem, como outros, e outrossi porque dos nossos regaos se foe pera Castela pera o dito nosso aversario, sendo natural de nossos regnos e nosso vassalo e guarda mor e do nosso conselho, recebendo de nós muitas mercês, fazendo as ditas treições e cousas todas, avendo nós e os nossos regaos guerra com o dito Rei de Castela; e porque nós somos certo que e!e fez e cometeo estas cousas e outras contra nossa pessoa e contra nosso serviço, as quais são notorias e sabudas». Etc.».

De facto, o monarca fizera-lhe muitas mercês; por exemplo: uma, em 15 de Maio de 1393 (Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João 7*, Liv. 11, fl. 86 v.); e outra em 3 de Junho de 1394 (id., fl. 79 v.).

A hipótese lançada por Leão Mirot não parece poder ter qualquer espécie de corroboração na mudança de atitude do fidalgo português.

ccabsoluendoo per coprimêto de Apostólico poderio de todo atamento a esto contraire)». Foram embaixadores D. João, bispo de Evora, e Gonçalo Gomes da Silva (3a).

Trata-se daquela súplica a que Rebello da Silva dá a data de 1385 a i38g (naturalmente — 1385, por ser o ano da eleição de D. João I; e i38q, por ser o da morte do papa Urbano vi) e que sumaria assim: «Supplicà feita pelos prelados, barões, cavalleiros, povo, e comunidades do reino de Portugal, ao papa Urbano vi, para os absolver da excommunhão, se n'ella incorreram, por elegerem a D. João I, e para habilitar elrei apesar de adulterino, e professo na ordem de Aviz» (30 31). A aproximação do teor deste documento do que diz Fernão Lopes não deixa dúvida de que ele foi redigido durante as cortes que elegeram

D. João i, cortes que terminaram ainda em Abril, ou logo a seguir a elas (32).

E os embaixadores, como é natural, partiram pouco depois. Parece fora de dúvida que foram primeiro pela Inglaterra, onde Ricardo n, em 13 de Abril de 1386, lhes passou um salvo-conduto válido por um ano. A sua comitiva era formada por criados e cavaleiros (33).

Em 25 de Julho de i386, como se sabe, chegou o duque de Lencastre à Corunha, e no primeiro de Novembro seguinte

(30) *Crónica de D. João I*, P. 11, G. LXXIX. A frase acabada de reproduzir pertence à parcela que Fernão Lopes apresenta da «larga suplicatoria».

(31) *Quadro Elementar*, T. ix, p. 386. — Lisboa, 1864. Deve dizer-se que este sumário é, salvo pequenas variantes, a reprodução do que está no verso do documento original (Torre do Tombo, Gaveta 14, Maç. 3, n.º 9), documento citado pelo ilustre continuador da obra do Visconde de Santarém.

Nesse diploma há menção expressa de irem como embaixadores ao papa, D. João, bispo de Évora, e Gonçalo Gomes da Silva.

(32) Dizeres do precioso documento: «Nos . congregati in ciuitate Golimbriensi», tratando de quem eleger «ex prosapia regali», «elegimus et assumpsimus lecto corde» a D. João... É assinado por muitas pessoas, entre as quais «Procuradores das cidades e castelos» e «Procuradores das vilas e outros lugares.»

(Foi nele que colhemos a assinatura reproduzida neste estudo).

(33) *Quadro Elementar*, T. xiv, p. LXXXV-LXXXVI e 90 — ed. referida. Na p. LXXXVI diz o Visconde de Santarém que o documento é de 12 de Abril; e na p. 90, que ele é de i3. Pode ver-se nos *Foedera*, etc., de Rymer, que a última data é que é a certa.

encontrava-se nas margens do rio Minho, na Ponte do Mouro, com o nosso rei ⁽³⁴⁾. Entabulando negociações, eis que «chegarom alli de sospeita cartas dos embaxadores ,• que auia mais de hum anno, que erom partidos para a Corte dizendo, como acharom o Padre Sancto em Genoa, e q apresentada ante elle a supricação; q leuauão, e dita sua mensagê: que elle em todo, o que lhe por sua parte pediram, benignamente dispensara, e que o rol era ja assinado, e encaminhariam de tirar as letras» ⁽³⁵⁾.

Conclui-se de Fernão Lopes que as cartas dos embaixadores chegaram antes de 9 de Novembro. De novo, pois, se fica a saber, pelo cronista, que êles partiram de Portugal em 1385 e naturalmente pouco depois da eleição de Coimbra (6 de Abril). Ter-se-iam demorado bastante em Inglaterra.

Os embaixadores enviaram as mencionadas cartas ao nosso rei, e ficaram esperando as «letras» pontificias, que o mesmo é dizer, as bulas. Entretanto D. João I cometia nova falta: casava sem bula de dispensa do voto de castidade com D. Filipa de Lencastre (2 de Fevereiro de 1387 — no Porto) ⁽³⁶⁾.

⁽³⁴⁾ *Crónica de D. João I*, P. 11, G. xcii.

⁽³⁵⁾ *Crónica de D. João I*, P 11, G. cxiv. Gf. G. CXXII.

⁽³⁶⁾ Nas negociações da Ponte do Mouro foi fixado, entre outras coisas, oque o Duque desse sua filha a Infanta Dona Felippa a EIRey de Portugal por molher, e que EIRey a recebese, auida primeiro dispensação para que tal casamento fosse valioso, e que esta Dona Felipa jurasse de receber a EIRey de Portugal por marido, auida primeiro aquella dispensaçam» (*Crónica de D. João I*, P. 11, G. cxm). Acrescenta Fernão Lopes que D. João I e o duque de Lencastre ficaram muito satisfeitos com as mencionadas noticias vindas de Génova e que o duque «outorgou logo de enuiar sua filha ao Porto para a EIRey receber, e cazar com ella quãdo para ello fosse prestes, e lhe prouesses, de o fazer» (id., G. cxiv).

Verdadeiramente só se compreende esta atitude do duque se se admitir que a anuência verbal do papa às supplicas foi interpretada, na melhor boa-fé, como equivalente à «dispensação» referida.

Mas .. o que foi supplicado ao papa (tanto quanto é lícito concluir concretamente até aqui) dizia apenas respeito ao uso do título de rei. Parece, pois, a essa luz, que é forçoso admitir ter-se julgado que a anuência concedida verbalmente para D. João usar o título de rei implicava a para poder casar.

Sucedee, porém, que da bula de 28 de Janeiro de 13g 1 (id., G. cxv; Rebello da Silva, *Quadro Elementar*, T. ix, p. 3g5) parece deprender-se que ,foi pedida dispensa do voto de castidade a Urbano vi quando se pensava já

Na corte papal surgiram inesperadas dificuldades. Devido a intrigas de um inglês, Urbano vi foi protelando a passagem das bulas — e os nossos embaixadores puseram D. João i ao par desse procedimento e das suas causas. Daqui resultou o nosso rei mandar o Doutor Gil Docem como embaixador ao duque de Lencastre (que D. João i pensava ser o orientador do tal inglês) a tratar do caso, e o duque de Lencastre escrever a D. João i protestando a sua inocência ⁽³⁷⁾. Fernão Lopes (que não tinha demasiada preocupação em fixar datas) insere a carta sem a parte *final*, onde certamente a data dela estaria. Parece, porém, que, quando foi escrita, o casamento de D. João i já se tinha realizado mas que o duque ainda estava na Península. Sabe-se que saiu do Porto, com destino a Baiona, em Setembro de 1387 ⁽³⁸⁾.

no casamento de João I com D. Filipa, antes, pois, da realização desse matrimónio. Estaria, por conseguinte, essa união combinada anteriormente ao encontro de João I e do duque — a ponto de ser possível aos nossos embaixadores em Roma apresentar uma supplica concreta ao pontífice com a menção da nubente — a tempo de terem em Portugal uma resposta quando do aludido encontro ?

Foi isto naturalmente o que sucedeu. A estada quási certa do bispo de Évora e de Gonçalo Gomes da Silva em Inglaterra em 1386, de passagem para a córte papal (estada que ao Visconde de Santarém se afigura difícil explicar) explica-se por eles terem ido propor e combinar o casamento de D. João i — partindo depois para junto do papa a suplicar, mencionando a noiva, dispensa do voto de castidade, além do mais já sabido. Não foi certamente na Ponte do Mouro que pela primeira vez se tratou desse casamento. D. Filipa, ao embarcar em Inglaterra, já saberia para o que vinha.

É inegavelmente sedutora tal hipótese. Fernão Lopes noutro ponto (G. cxxm) diz que os embaixadores suplicaram a Urbano vi que D. João pudesse casar.

Podem-se formular outras hipóteses, É evidente que se trata de um intrincado problema.

A verdade é que o nosso rei, embora, com certeza, de boa-fé, casou sem dispensa, sem as «letras» de que fala o cronista. Fernão Lopes não tem razão na critica, por sinal bem severa, que taz a Ayala, por ele haver dito... essa verdade (*Crónica del Rey D. Juan el Primero*, Año ix (1387), G. vu).

⁽³⁷⁾ *Crónica de D. João 7*, P. n, C. cxxm.

⁽³⁸⁾ o Visconde de Santarém (*Quadro Elementar*, T. 1, p. 270—Paris, 1842) dá à carta de que se trata a data de 1386-1387, filha provávelmente da íntima convicção que tinha de que foi escrita durante a permanencia do duque na Península.

O certo é que os embaixadores, cansados de esperar pelas bulas, regressaram a Portugal com as mãos vazias. Em que altura? Fins de 1387? 1388?

Regressaram, informaram D. João 1 de o que se passava — e o rei, «sem poer mais detença» resolveu enviar logo nova embaixada à Corte. Para ela foram escolhidos o mesmo D. João, bispo de Évora, e, em vez de Gonçalo Gomes da Silva, D. João Afonso, prior da Alcáçova de Santarém, bacharel em direito, do conselho de elrei (era um dos representantes dos letrados) e que também é conhecido na História por D. João Esteves de Azambuja ou D. João Afonso de Azambuja.

Quando partiram estes embaixadores ? Cremos ser impossível dizê-lo com precisão. Apenas podemos afirmar que em 18 de Fevereiro de 1387 ainda D. João Afonso de Azambuja estava em Portugal — o que realmente não é grande novidade ⁽³⁹⁾.

Não teve melhor sorte a nova embaixada. O papa continuava a adiar a passagem das bulas. Até que os embaixadores, fartos de esperas, resolveram partir. E, no regresso, um grande contra-tempo os aguardava ainda. Havendo resolvido dirigir-se à Flandres, onde embarcariam para Portugal, foram presos na Alemanha. Ouçamos Fernão Lopes:

«E acordarom elles, vendo sua vontade, de se partiré sem mais tardança, e vindo seu caminho pera virem embarcar em Frandres, foram presos em Alemanha ; e reteudos sem porq : saluo por os espreitarem, e ouueromse de render por dous mil florins de Camara. Fizeromno saber a EIRey, q sem mais perlonga mandou fazer déliés caimbo, e entregues em Mediomburgo, forõ soltos, e tornados ao Reyno» ⁽⁴⁰⁾.

⁽³⁹⁾ Nessa data, D. João 1, no Porto, concede-lhe certos privilégios: a «Joham a.º dazanbuja do nosso conselho por muyto s[er]ujco q del Recebemos e êtendemos de Receber»: Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João 1*, Liv. v, fl. 41 v. Documento a nós revelado pelo Padre António Brásio.

⁽⁴⁰⁾ *Crónica de D. João I*, P. 11, G. cxxiv — ed. de 1644. No manuscrito n.º 7233 da Biblioteca Nacional de Lisboa lê-se: «E entregue, em medio Brugo»; no 468-bis da Biblioteca da Universidade de Coimbra: «e entregue em medioburgo»; e no cm/i-io da Biblioteca Pública de Évora: «e entregue em medioburguo.»

D. João Afonso de Azambuja descendia de uma família de flamengos a quem D. Sancho 1 doara em 1200 a vila de Azambuja. Nasceu nesse lugar. Até

Quando chegaram a Portugal? Foi antes da morte de Urbano vi, que ocorreu em 15 de Outubro de 1389, ou, talvez mais rigorosamente, antes de a fúnebre notícia, que não demoraria mais de dois meses, ser conhecida em Portugal ⁽⁴¹⁾. Diz-nos, com efeito, Fernão Lopes, que ordenando D. João i mandar à corte pontificia outra vez para ver se arrumava o assunto, Urbano vi entretanto se finara. E acrescenta que passava já de dois anos que assinara o rol da dispensação. É legítimo dizer que até passava de três, porquanto o rol já estava assinado bastantes dias antes da entrevista da Ponte do Mouro, que principiou em 1 de Novembro de 1386.

Ao sucessor de Urbano vi, Bonifácio ix, foi enviada nova embaixada, constituída pelo referido D. João Afonso, «q era ja Bispo de Sylues», e por João Rodrigues de Sá ⁽⁴²⁾. Partiram estes embaixadores no final de 1390, como se vê de um documento de 24 de Setembro desse ano, em que há esta frase: «ssabede q dom Joham bpõ de ssilue do nosso consselho nos disse q por quñto ora el uay aa corte per nosso mandado. . . » ⁽⁴³⁾.

Finalmente as bulas vieram; datadas de 27 e 28 de Janeiro

que ponto a sua ligação de sangue com a Flandres influiria na escõlha, do itinerário referido ? O destino caprichoso havia de determinar que fõsse na pátria dos seus maiores que a morte o acolhesse : quando de Roma regressava a Portugal faleceu em Bruges em 22 de Janeiro de 1415. Foi sepultado na igreja dos Dominicanos dessa cidade. Vid. Fortunato de Almeida, *História da Igreja em Portugal*, T. 11, p. 502 — Coimbra, «910; e Émile Vanden Bussche, *Flandre et Portugal, Mémoires*, p. 112 — Bruges, 1874.

⁽⁴¹⁾ Uma viagem entre Roma e Portugal, ou vice-versa, durava normalmente dois meses no século xn (Cari Erdmann, *De como D. Afonso Henriques assumiu o título de Rei*, p. 28 — Coimbra, 1940 — y, *Maurício Burdino (Gregorio VIII)*, do mesmo autor, p. 10 — Coimbra, 1940. Cf. *Portugaliae Monumenta Historica, Scriptores*, p. 28). «Ainda no séc. xvi não durava menos, como se verifica pelas jornadas de D. Fr. Bartolomeu dos Mártires, em Fr. Luís de Sousa»: P.e Miguel de Oliveira, *A justificação de urna data*, em *Letras e Artes*, suplemento literário do jornal *Novidades*, de Lisboa, de 8 de Outubro de 1944.

⁽⁴²⁾ *Crónica de D. João I*, P. 11, C. cxxiv.

⁽⁴³⁾ Torre do Tombo, *Chancelaria de D. João I*, Liv. v, fl. 11. Devemos o conhecimento deste documento ao P.e Antonio Brásio.

de i3gi ⁽⁴⁴⁾, foram lidas em Lisboa num domingo, 9 de Julho ⁽⁴⁵⁾ desse ano ⁽⁴⁶⁾.

Pouco antes, em 1 de Julho, D. João I mostrava publicamente a D. João Afonso, então bispo do Porto, a sua gratidão, por duas vezes «pondo seu corpo em aventura», ter ido como embaixador à corte de Roma ⁽⁴⁷⁾. Ele não teria regressado da última viagem muito longe dêsse dia.

Os embaixadores depois de soltos na Alemanha, chegaram a Portugal antes do fim de i38g. Quando? Ao partir com a sua segunda embaixada, no final de i3go, D. João Afonso era, na frase de Fernão Lopes acima reproduzida, «já bispo de Silves» — o que só por si parece dizer que da primeira vez que foi a Roma não o era. De facto, o cronista noticia ser êle então prior da Alcáçova de Santarém. Depreende-se, pois, que D. João Afonso foi sagrado bispo no intervalo das duas embaixadas. Ora, quando se deu tal facto? Há um documento de 10 de Agosto de i38g com referência a «Joham afonsso bacharell em degredos emlecto de silue» ⁽⁴⁸⁾. Porém, em 3 de Março de i3go D. João Afonso é tratado por «bispo de Silves», o que significa ter já recebido a sagração ⁽⁴⁹⁾. Parece concluir-se do

⁽⁴⁴⁾ *Quadro Elementar*, T. ix, p. 3g3 e 3cj5.

⁽⁴⁵⁾ *Crónica de D. João I*, P. 11, G. cxxiv.

⁽⁴⁶⁾ Em 1391 é que 9 de Julho caiu a um domingo. Vid. *VArt de vérifier les dates*.

⁽⁴⁷⁾ «E Nos vendo o que nos assi dizia, & pedia Dom Ioaõ Bispo do Porto, de nosso Conselho, & considerando os muitos estremados seruiços, que nòs a (&?.) estes Reynos recebemos do dito Bispo, & especialmente, como duas vezes, pondo seu corpo em aventura, foy por nosso Embaixador, à corte de Roma, aderensar nossos feitos, & negocios, que nos muito cumpriaó: e os aderençou segundo a nòs fazia mister; & outro sy del entendemos receber ao diante» doa-lhe o padroado da igreja de S. Salvador da cidade de Lisboa. (Provisão publicada parcialmente por Fr. Luis de Sousa, *Historia de S. Domingos*, P. 11, Liv. 1, G. ui, fi. 7 — Lisboa, 1662; por Joseph Soares da Sylva, *Memorias para a historia de Portugal, que comprehendem o governo delRey D. João o I*, T. 11, G. cxiii, p. 583 — Lisboa, 1731 ; por João Baptista da Silva Lopes, *Memorias para a historia ecclesiastica do bispado do Algarve* p. 234-235 — Lisboa, 1848; etc.).

⁽⁴⁸⁾ Torre do Tombo, *Extras*, fl. 210.

⁽⁴⁹⁾ Torre do Tombo, Liv. vm do Guadiana, fl. 89. Eis o que importa do documento (cópia do P.^e A. Brásio) : «Dante em coimbra a tres dias de

primeiro documento que D. João Afonso não estava presente à sua redacção ⁽⁵⁰⁾. Estaria fora de Portugal ? Decerto poderia ser eleito nestas circunstâncias. Quando do segundo documento — êle estava indubitavelmente presente.

Assente-se, pois, que se os embaixadores não se encontravam em Portugal em io de Agosto de i38g, êles regressaram por todos os quatro meses seguintes. Não se pode, por êstes caminhos, excluir a hipótese de haverem chegado em 1389.

Posto isto, voltemos ao caso da prisão dos embaixadores.

Dirigiam-se para a Flandres e foram presos na Alemanha, exigindo os captores «dous mil florins de Camara» de resgaste. Os prisioneiros puseram ao par do sucedido D. João I — que sem mais detença os mandou resgatar: foram entregues em Mediomburgo e tornados ao reino. O nosso rei, por conseguinte, enviou uma missão para os resgatar — missão que, sem dúvida alguma, foi por mar.

Embora a cinco séculos e meio de distância, podemos calcular a emoção com que seria recebida em Portugal a notícia

março elRey ho mamdou per dom Joham bispo de ssilues & per Johã de ssam-tarem escollar em lex sseu vassallo do seu comselho & desembarguo martina vãz a fez era de mil mjc xxviiij años». (Veja-se a referida obra de Silva 'Lopes, p. 233-234).

João Pedro Ribeiro (*Dissertações Chronologicas*, T. v, p. 192 — Lisboa, i836) alude a três documentos, de 27 e 29 de Fevereiro e 2 de Março de 1390, em que há menção de D. João Afonso. Será lá tratado por «bispo» ou por «eleito»?

⁽⁵⁰⁾ Eis a parte que interessa do documento (cópia do P.^e A. Brásio): «Dante na çidade de cojnbra, dez dias dagosto. El Rey o mandou per o doutor Joham das rreiras do seu consello, a que esto mãdou hu. nom sendo hy Joham afonso bacharell em degredos emlecto de silue. Johã afonso escollar em lex vassallo & do sseu desembarguo que esto avia de veer Dieguo pez affez. Era de mjll & quatro çentos & vinte & sete años». João Baptista Silva Lopes na citada obra, *Memorias para a historia ecclesiastica do bispado do Algarve*, p. 233, escreve precipitadamente que no documento se diz: «EIREi o mandou por João Affonso, Bacharel em degredos, Bispo eleito de Silves por não ser ahi o Dr. João das Regras».

João Pedro Ribeiro (loc. cit.) menciona um documento do «R. Archivo», da era de 1427 (1389) em que aparece «Eleito João Affonso B.el em degredos do Desembargo d'EIRey». Não assinala mês e dia do documento. Estará em causa o aludido diploma de 10 de Agôsto?

do aprisionamento dos ilustres embaixadores. A muitos deveria parecer que num assunto tão grave como era o da obtenção das dispensas pontificias, tudo se conjugava contra Portugal. E a missão enviada a Mediomburgo havia de traduzir esse estado de espírito colectivo — pela presteza do seu envio, pelo prestígio dos seus componentes e até pela importância do navio que a levava.

Onde era Mediomburgo? Não lembra êste nome o de «Midelburgo»? Pode-se desde já conjecturar (Fernão Lopes a mais não autoriza) que Mediomburgo ficava na Alemanha, era probabilissimamente um porto e se situava muito a ocidente. Circunstâncias que se adaptam a Midelburgo, importante porto marítimo da Zelândia, no noroeste do Santo Império Romano-Germânico. Midelburgo ficava, pedemos dizer, na Alemanha, isto é, nas regiões não italianas dêsse império⁽⁵¹⁾. Sobreleva, porém, todas estas considerações uma particularidade decisiva : «Mediomburgo» ou «Medioburgo» não é mais que a *tradução* portuguesa de «Middelburg» ou «Middelburg»⁽⁵²⁾.

Não resta, pois dúvida de que os prisioneiros foram entregues em Midelburgo, na mesma cidade onde Froissart encontrou João Fernandes Pacheco.

(51) Verdadeiramente a região a que pertencia era a Frísia ou Países Baixos (na aceção medieval). Esta região (que compreendia a Zelândia, a Holanda, etc.) está quasi com certeza incluída na designação de «Alemanha» que aparece em dois passos da *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Zurara: «E quanto he senhor aos nauios que dizees que nom teerees em abastança, jsto senhor he a mais pequena torua que uos neste feito podees auer. e jsto he por quanto uos poderees emuiar uossos rrecados per toda a costa de Galliza e de Bizcaya, e assy a Imgraterra e a Alemanha, e a outras partes domde uos podem uijnr nauios em grande abastança, de cuja uijmda homem deue tomar pequeno rreço, consijramdo com quanta diligemçia elles ueem ao frete do sali e dos azeites e uinhos, quando quer que pera ello som rrequeridos». (G. xiii). «EIRey depois que sse Fernam Fogaça partio, começou mujto mais trigosamente a correger todallas cousas que lhe compriam pera boom auimento de sua partida, mamdamdo logo fazer prestes çertos escudeiros com suas procurações abastantes, os quaaes mamdou per toda a costa de Galliza e de Bizcaya, e a Imgraterra, e a Allemanha fretar nauios grossos, quanto sse podessem achar» (G. xxix). Servimo-nos da edição da Academia das Ciencias de Lisboa — Lisboa, s. d. (igi5).

(52) Concorreram para esta identificação os Drs. Alfredo Fernandes Martins, Luís Schwalback, Vitorino Magalhães Godinho e Joseph M. Piei.

Ora nós aventamos a hipótese de a estada de João Fernandes Pacheco em Middelburgo, como noticia Froissart, se encontrar relacionada com a libertação dos embaixadores. Êle não teria ido num forte navio (capaz, no dizer do cronista, de ir para qualquer parte do mundo), com grande aparato, até à Prússia — «par vaillance», coisa que tem algo de inverosímil numa época ainda de tanta incerteza para os destinos da Nacionalidade. Êle teria ido em missão do nosso rei libertar dois portugueses ilustres a Middelburgo.

Poderia mesmo ter havido motivos para que se ocultasse o verdadeiro fim da viagem de Pacheco; far-se-ia constar que êle ia em viagem à Prússia (grande cavaleiro, de um grande país!) arranjando-se assim pretexto para tocar em Middelburgo.

Froissart diz, como se sabe, que, trabalhando sobre o que ouviu da boca de João Fernandes Pacheco, escreveu o relato dos acontecimentos em Portugal e Castela até ao ano de 1380— donde dizer-se que o encontro dos dois foi nesse ano. A verdade é que o ano de 1380 (meados, fins) se adapta igualmente à frase de Froissart — e não encontra, que saibamos, oposição em qualquer facto ⁽⁵³⁾ ; e parece nada contrariar o admitir-se, como já se frisou, que os embaixadores tenham regressado a Portugal nos primeiros nove meses dêsse ano,. A data, pois, do encontro de Middelburgo podia igualmente ter sido em 1389.

A hipótese que formulamos torna perfeitamente compreensível a viagem de João Fernandes Pacheco, guarda-mor de D. João I, do seu conselho — na época em que se deu: Pacheco deixa de ser aquele aventureiro, aquêle nosso «primeiro cavaleiro do Mar» do que fala Jaime Cortesão ⁽⁵⁴⁾, para se transformar no membro de uma missão concretíssima. Parece inegável que, vista a esta luz, a notícia do sempre suspeito Froissart se torna mais luminosa.

⁽⁵³⁾ Por exemplo: muito ao contrário do que anuncia, Froissart não alude a acontecimentos, directamente ligados a Portugal, ocorridos depois da campanha peninsular do duque de Lencastre.

⁽⁶⁴⁾ Obr. cit., p. 372.

Em segundo lugar, tal hipótese permite-nos pensar que na grande nau ⁽⁵⁵⁾ presumivelmente capitaneada por João Fernandes Pacheco, seguiriam pessoas habituadas aos trabalhos da diplomacia, pois que, no fundo, se ia negociar — e quem melhor do que Lourenço Anes Fogaça, o chanceler-mór do reino, o experimentado diplomata de missões em Castela, França e Inglaterra, e que falava decerto várias linguas — quem melhor do que êle teria o nosso rei para enviar a Medioburgo com o fim de obter a libertação dos dois embaixadores ⁽⁵⁶⁾ ? Froissart apenas menciona

(55) Froissart, como se notou, diz que Pacheco viajava numa «carake». Sôbre a significação de «caraca* ou «carraca» ver: Henrique Lopes de Mendonça, *Estudos sobre navios portugueses nos séculos XV e XVI*, p. 18 e seg. (em *Centenario do descobrimento da America — Memorias da commissão portuguesa*— Lisboa, 1802).

⁽⁵⁶⁾ Sabe-se, sem qualquer dúvida, que Fogaça se encontrava em Portugal em 29 de Novembro de 138g, e desde algum tempo antes — pois foi um dos delegados portugueses que negociaram, e assinaram naquela data em Monção as tréguas de seis anos com Castela. É sabido, por outro lado, que as negociações só principiaram depois da queda de Tui (Setembro... Outubro de 1389). Portanto, a hipótese de êle ter ido a Midelburgo na altura referida, não encontra opposição cronológica nessas noticias.

A única interferência (se assim se lhe pode chamar) indiscutível, de Lourenço Anes Fogaça na questão das bulas é o ter estado presente à publicação delas em Lisboa, no dia 9 de Julho de lúgi: «isso mesmo de pessoas leigas estauõ ahí os prudêtes, e discretos barões Lourenço Annes Fogaça Chançarel mór DelRey, e Martim Alfonso Valente, e Lourenço Esteuens da Azambuja...» (*Crónica de D. João 7*, P. 11, C. cxxiv).

Além de Lourenço Fogaça há menção, no tempo de D. João 1, de pelo menos mais três Fogaças: Pero, João e Femão. O primeiro apresenta-o Fernão Lopes como um dos portugueses fiéis ao Mestre de Avis (*Crónica de D. João 7*, P. i, C. CLXI—edição de 1915); o segundo foi veador de D. Afonso, conde de Barcelos ; o terceiro foi veador do infante D. Duarte. João Fogaça tomou parte na conquista de Ceuta (21 de Agôsto de 1415) como se pode ver na *Crónica da Tomada de Ceuta*, de Zuzara, C. L e LXXII. Fernão Fogaça, porém, se não esteve nessa tomada, nem por isso teve papel de pouco relêvo: foi quem levou o simulado desafio de D. João 1 ao conde de Holanda, em 1414 — maneira engenhosa de dessimular os verdadeiros intuitos dos preparativos expedicionários (Zurara, obr. cit., C. xxviii, xxix e xxx).

Fernão Fogaça era filho de Lourenço Anes Fogaça (Felgueiras Gayo, *Nobiliario de Familias de Portugal*, T. xiv, p. 161 — Braga, 1939). Vemos,

expressamente entre os portugueses do navio, além de Pacheco — o filho de D. Nuno Alvares Pereira («le filz du conte de Novaire»). Sabido como é, que o Condestável teve efêmera descendência varonil («dous moços q logo morrerom como nacerõ») — fica-se com uma ideia da forma como o cronista conhecia as pessoas embarcadas⁽⁵⁷⁾.

Não teria Froissart ouvido também Lourenço Anes Fogaça, que falava (segundo o cronista) bem o francês, em Midelburgo ? Não terá êle trabalhado também sobre as informações de Fogaça

— informações que, como de costume, estropiaria ? Froissart não conhecia versão dos sucessos portugueses, feita por portugueses, antes da sua viagem a Midelburgo; se ouviu Fogaça, foi, certamente, nessa altura.

E pouco crível que João Fernandes Pacheco, um dos chefes na batalha de Trancoso e que pelejou em Aljubarrota, deixasse de fazer uma descrição pessoal dêstes acontecimentos e falasse pela boca de outrem.

Será mais crível o que diz Jaime Cortesão (e menos explicitamente, afinal, todos os autores que têm Pacheco por único informador português do cronista): que a narração pela boca de Fogaça foi expediente de que se serviu Froissart⁽⁵⁸⁾.

Ninguém nos garante, porém, ter o cronista escrito apenas fundado nas informações de Pacheco⁽⁵⁹⁾. Êle não seria honçiem

assim, continuar uma tendência para a vida diplomática. E agora será ocasião de perguntar (sem talvez grande esperança de obter resposta) se a escolha de Fernão Fogaça para ir à Holanda não seria motivada, por êle, ou seu pai, ou os dois, já em tempos terem andado pelos Países Baixos, pela Zelândia, também em negociações.

(67) Quem seria tal personagem, que parece ser importante? O infante D. Dinis, não pode ser. Seria D. Afonso, filho bastardo de D. João I — que mais tarde casou com a filha do Condestável?

(58) «para conservar inteiramente o estilo e a ordem do relato» — é a explicação que dá Jaime Cortesão no trabalho citado (p. 373). Pode ser que se trate realmente de um expediente, mas deve ter-se em conta que, como se vê de Fernão Lopes, os embaixadores, na verdade, contaram ao duque de Lencastre alguns acontecimentos portugueses.

(59) A. Botelho da Costa Veiga no seu estudo *De Extremof a Aljubarrota — Quinze dias de operações de Nuri Alvares (3i de Julho a 14 de Agosto de 1381)*, apresenta desta forma o que sôbre a batalha de Aljubarrota se

para deixar de interrogar o seu companheiro de viagem de Bruges para Midelburgo, outros portugueses dos muitos que por essas paragens, como confessa, havia, e os da comitiva de Pacheco, sobre as coisas portuguesas (60). E se interrogou — não esqueceria essas informações para só reter os do cavaleiro português. Certos passos do que Froissart escreve respeitante à presença

encontra em Froissart: «Foi Ayala combatente da batalha, enquanto Froissart se limitou simplesmente a parafrasear tres descrições. A primeira delas (*Collection de Chroniques nationales françaises*; edição Buchón, Vol. x, págs. 96 a 114) inspira-se em Lourenço Anes Fogaça, secretário do Mestre de S. Tiago, embaixador de Portugal em Inglaterra, nos anos de 1384-1385. Conquanto, sem dúvida, bem informado, Fogaça não parece ter sido testemunha presencial nem haver comunicado directamente com Froissart. A segunda narrativa ouviu-a, pessoalmente, Froissart de um certo Maulion, escudeiro gascão, que, esse, esteve em Aljubarrota, do lado castelhano, e ao qual encontrou numa das suas viagens, em Orthez, junto do Conde de Foix, no ano de 1388 (*Collection de Chroniques, etc.*, Vol. ix, págs. 337 e 384 a 427).

«A terceira foi-lhe contada por um grande fidalgo português, João Fernandes Pacheco, que, em 1380, esteve de passagem em Middelburg, nos Países Baixos. Pena é que não possuíamos, na sua pureza original, as duas narrativas últimas para as confrontar com Ayala. De facto, a deformação — que mal se imagina — quer dos nomes dos personagens, quer da seqüência dos acontecimentos, torna muito difícil o cotejo» (*O Instituto*, vol. 80.º, p. 634-635 — Coimbra, 1930). Para o autpr, Pacheco não teria sido o único informador português de Froissart. Mas em boa verdade não sabemos a que «descrição» de Pacheco, distinta da «inspirada» em Lourenço Anes Fogaça, se refere categoricamente o autor.

Notaremos de passagem que nada autoriza chamar a Fogaça secretário do Mestre de Santiago, e que o período em que ambos foram embaixadores em Inglaterra foi mais longo do que o apontado pelo autor (vid. nota 1).

(*º) Leão Mirot ainda vai mais longe. Interpretando o passo de Froissart que transcrevemos na nota 3, depois de aludir às notícias colhidas pelo cronista na corte do conde de Foix e às dadas por Pacheco diz ser «grâce à ces diverses informations qu'il écrivit les événements de Portugal jusqu'en 1380». A chamada «versão portuguesa» seria, pois, a definitiva: não um relato feito por portugueses, porém sim o fruto do cortejo dêsse relato com o castelhano. Mas a verdade é que as palavras do cronista quando muito deixam leve dúvida, não autorizam essa afirmação. Tal como havia de fazer mais tarde Fernão Lopes, Froissart sôbre certos acontecimentos apresenta mais de uma versão — por não lhe ser possível apresentar apenas a verdade.

de Fogaça e do Mestre de Santiago em Inglaterra, indicando informador muito competente, depõem talvez a favor de êle ter sido o próprio Fogaça — que seria um dos cavaleiros que acompanhavam Pacheco ⁽⁶¹⁾.

Esperemos que novas investigações confirmem ou infirmem o que aí fica. (**)

(**) Devemos nesta altura acentuar que reputamos possível ter estado Lourenço Anes Fogaça em Midelburgo por motivo diferente do que acabámos de expor. Por exemplo: se se tratava de uma expedição à Prússia e associada à dos ingleses, parecerá natural que Fogaça, que viveu alguns anos em Inglaterra, fôsse na companhia de Pacheco.

João Fernandes (Pacheco)

Não é sem uma leve hesitação que dizemos ser o João Fernandes da assinatura o nosso João Fernandes Pacheco. A favor da identificação podemos aduzir as seguintes razões: 1) João Fernandes Pacheco aparece em Fernão Lopes várias vezes tratado apenas por João Fernandes; 2) estava de acôrdo com o costume da época João Fernandes Pacheco assinar-se somente João Fernandes (sem sairmos do documento onde colhemos a assinatura — vid. nota 32—, podemos, por exemplo, de entre mais iguais, citar o caso de um Gonçalo Gomes que lá assina — e que não pode deixar de ser Gonçalo Gomes da Silva; 3) João Fernandes Pacheco esteve nas cortes de Coimbra de 1383, cortes durante as quais ou pouco depois das quais foi redigido o documento donde tirámos a assinatura; 4) a assinatura está junto da de Gonçalo Vasques (Coutinho) e da de Egas (Coelho?) — pessoas que faziam parte do grupo dos «fidalgos da Beira», grupo que mantinha certa coesão e ao qual pertencia João Fernandes Pacheco; 5) a assinatura está na coluna das dos *nobiles armigeri*, o que perfeitamente se coaduna com o que dizemos em 4; 6) a perfeição caligráfica da assinatura revela de algum modo pessoa bastante instruída — e nós já sabemos por Froissart que João Fernandes Pacheco o era (embora não tenhamos bases para afirmar que essa instrução foi directamente adquirida, como querem alguns autores, em Castela, Aragão e França; por estes dois últimos países apenas é certo, seguindo a *Crónica de D. Pedro* e a *Crónica de D. Fernando* de Fernão Lopes, que andou o pai, Diogo Lopes Pacheco).

A pequena dúvida mal subsistiria se não soubéssemos da existência de um João Fernandes, cavaleiro da Ordem do Hospital, a quem D. João 1, em 4 de Julho de 1385, fez certa mercê (Tôrre do Tombo, *Chancelaria de D. João 1*, Liv. i, fl. 97). É provavelmente aquele João Fernandes, cavaleiro da ordem sobredita, «comendador de Froll de Rossa e de sam Braz de Lixbõa», de que fala a *Crónica do Condestabre* (C. ui — ed. de 1911; cf. Fernão Lopes, *Crónica de D. João 1*, P. 1, C. xxxiv — ed. de 1915).

Trata-se de uma pessoa apagada; não consta que estivesse presente nas cortes de Coimbra de 1385, e, se assinasse o documento — decerto o não faria na coluna dedicada aos *nobiles armigeri* mas sim na dos *barones et milites*, na qual se vê a assinatura de pelo menos um cavaleiro professo: de certo *Comedador*.